

# Neoliberalismo e as Privatizações das Estatais Brasileiras na Década de 1990: um processo de precarização no mundo do trabalho<sup>1</sup>

Ninótica Vieira de Andrade<sup>2</sup>

Carmen Silva Alves<sup>3</sup>

Girlani de Lima<sup>4</sup>

Este trabalho tem como objetivo central compreender o processo neoliberal disseminado no mundo a partir das ideias preconizadas pelo Consenso de Washington, observando os reflexos decorrentes dessa ideologia sobre as estatais do Brasil. O neoliberalismo tornou-se um fator determinante para a reestruturação do mundo do trabalho. O receituário neoliberal no caso brasileiro, introduzido na década de 1990, contribuiu para o desmonte da máquina burocrática dos Estados em favor de uma agenda que incluía a redução do funcionalismo público, com o discurso da necessidade de diminuição dos gastos e maximização dos investimentos, repassando parcela das atividades governamentais para a iniciativa privada, através de processos de privatização e terceirização. A realização do trabalho se deu através de pesquisa bibliográfica relacionada ao tema, além da utilização de ferramentas como: revistas, jornais e internet.

**Palavras Chaves:** Neoliberalismo – Privatização – Trabalho

## 1. Introdução

Neste texto, pretendemos discorrer sobre a precarização e reestruturação no mundo do trabalho ocorrido na década de 1990 no Estado brasileiro, resultante do processo de privatização e terceirização de estatais, após a implementação das ideais preconizadas pelo neoliberalismo.

As reformas neoliberais implementadas na América Latina a partir do Consenso de Washington, foram determinantes para a reestruturação do mundo do trabalho. As reformas do Estado contribuíram para a recomposição do capitalismo e do capital em sua crise estrutural e concretizaram a abertura de novos espaços de exploração do capital privado, assim como a diminuição relativa da presença do Estado na economia.

Em quase todos os países, ocorreram desregulamentações no tangente à movimentação de capitais, reduzindo o escopo de controle e intervenção dos Estados nacionais. A partir daí, o Estado começou a perder sua capacidade não só de funcionar como agente econômico regulador, mas também como instituição planejadora e administradora. Atividades antes preferencialmente realizadas sob

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado no GT 18 - Reestruturação Produtiva, Trabalho e Dominação Social do XXIX Congresso Latinoamericano de Sociologia, em Santiago de Chile,.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela linha de pesquisa de Trabalho e Políticas Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduada em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Laboratório de Políticas Públicas e Trabalho da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora titular da Faculdade Santa Maria (FSM). E-mail: [niviandrade@hotmail.com](mailto:niviandrade@hotmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora Substituta da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Professora Titular da Faculdade Santa Maria. E-mail: [carmenalves@hotmail.com](mailto:carmenalves@hotmail.com)

<sup>4</sup> Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Assessora do Instituto de Cidadania para o Desenvolvimento Econômico e Social. Professora Titular da Faculdade Santa Maria. E-mail: [assist\\_soc@hotmail.com](mailto:assist_soc@hotmail.com)

responsabilidade dos Estados Nacionais, foram, cada vez mais, sendo assumidas pelo capital através das privatizações de setores do Estado.

O receituário neoliberal, embora fundado sob o preceito da globalização dos mercados, assumiu aspectos particulares em cada país e região, onde passou a ser exercido, levando-se em conta as especificidades históricas de cada nação. Em comparação com os países desenvolvidos e alguns da América Latina, como Chile e México, a reestruturação produtiva foi relativamente tardia no Brasil. No caso brasileiro, observou-se um nível de precarização muito superior ao que se tinha até meados dos anos de 1970, dando-se de forma mais acentuada ao longo da década de 1990. O Brasil assumiu, durante a maior parte desta década, o patamar de país com maior desigualdade do mundo.

Apesar do cenário de piora dos indicadores macroeconômicos na década de 1980, os efeitos da crise não se estenderam ao mercado de trabalho com a mesma magnitude percebido na década seguinte, quando os impactos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo já se faziam notórios. Ao mesmo tempo, também não foi tão significativo o aumento do trabalho informal em comparação com os anos 1990.

Nos anos 1980, apesar do empresariado nacional indicar dificuldades no cumprimento da legislação trabalhista, estimulando a informalidade e o descumprimento sistemático das leis trabalhistas - além da sonegação fiscal, uma parcela significativa de trabalhadores registrados manteve seus direitos e benefícios sociais através do sistema público. No setor público, embora os salários demonstrassem defasagem em relação ao setor privado, os servidores mantiveram direitos e benefícios em maior grau, além da garantia da estabilidade. Sobre esta questão assim se coloca Lipietz:

“Desse modo, o trabalho no Brasil durante a década de 1980 era relativamente integrado, possuindo um núcleo orgânico de assalariados ligados à economia formal, de grandes empresas públicas e corporações privadas nacionais e estrangeiras, que representavam, em si, a promessa da modernidade fordista: um fordismo periférico, com garantias de direitos sociais e benefícios trabalhistas, com carreiras internas e modernos estatutos de regulação salarial para contingentes de assalariados do setor privado e do setor público” (LPIETZ, 1988, p. 176).

No governo de Fernando Collor de Melo, observaram-se os primeiros passos que contribuíram para essa estrutura precarizada. A desregulamentação, não obstante, foi ampliada nos governos seguintes de Itamar Franco e, principalmente, ao de Fernando Henrique Cardoso (FHC), onde foram adotados mecanismos de ampliação da flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho.

O processo de precarização do trabalho intensificado no final dos anos de 1980 e durante toda a década de 1990, envolveu um conjunto de medidas de mercado e de governo que passaram pela redução dos direitos adquiridos, pelas privatizações, especialmente, em meio aos processos de reestruturação produtiva, gerencial, a terceirização e flexibilização dos contratos de trabalho (prestação de serviços, pela desoneração fiscal dos contratos temporários etc.). Essa precarização ocorreu em uma conjuntura de aumento do desemprego e da recessão, crise fiscal do Estado e ainda sob uma ideologia hegemônica favorável ao enxugamento da máquina administrativa governamental, incentivo à terceirização e privatização.

Tanto as empresas privadas, quanto o setor público, aderiram à prática de enxugamento do quadro de trabalhadores, desempregando, terceirizando e, principalmente, precarizando o mundo do trabalho no caso brasileiro. Pochmann relata que:

“A degradação estrutural do mundo do trabalho, contribuiu sobremaneira para aprofundar o cenário de barbárie social. Os altos (e crescentes) índices de

criminalidade nos centros metropolitanos atestam não apenas a falência do Estado brasileiro, objeto de devassa das políticas neoliberais, como o resultado cumulativo de um modo de produção social que se tornou não apenas incapaz de absorver contingentes maciços da força de trabalho, como demonstrou ser voraz em degradar emprego, salário e condições de trabalho de contingentes importantes do mundo do trabalho organizado” (POCHMANN, 2001, p. 9).

Segundo Mattoso (1995) foram profundas as mudanças em curso no mercado de trabalho, advindas da introdução do modelo de acumulação flexível, impondo uma grande flexibilidade tanto nos processos de gestão quanto nas formas de contratação. Estas modificações que impuseram uma constante adequação e qualificação profissional, exigindo do trabalhador maiores recursos educacionais e habilidades para exercer várias tarefas, causaram também uma desestruturação na organização do trabalho, com repercussões sobre o enfraquecimento das bases sindicais. Ainda na opinião de Mattoso:

Efetivamente, tal situação foi facilitada por políticas que, ao longo dos anos 80, visaram alterar os supostos constrangimentos, incentivos e obstáculos à competitividade. As bases destas políticas liberais, encontram-se no ajuste estrutural e na flexibilização do trabalho e, supuseram a submissão da alocação dos recursos e dos resultados econômicos ao mercado e a eliminação de regulações governamentais protetoras, que, supostamente, engessariam o mercado de trabalho, elevariam custos de produção e minariam a competitividade. Seu objetivo: reduzir os custos empresariais, acelerar a mobilidade/flexibilidade do trabalho entre setores, regiões, empresas e postos de trabalho, eliminar a rigidez resultante da atividade sindical e das regulações trabalhistas e, possibilitar, então, o propugnado ajuste de preços relativos. (MATTOSO, 1995, p. 69).

Até a metade dos anos 1990, o Brasil possuía um tripé que formava o padrão de acumulação do país, onde tinha em sua espinha dorsal os setores produtivos nacional e internacional e o capital produtivo estatal. Este último foi marcado por uma forte desestruturação, em consequência do processo de privatização. Para o mundo do trabalho, essa privatização teve uma consequência imediata: a adoção desse mecanismo enfraqueceu, significativamente, o sindicalismo dos trabalhadores no setor público.

A base sindical de diversos setores foi significativamente reduzida nesta década. As mudanças ocorridas no tangente à ampliação do desemprego estrutural e das formas precarizadas de contratação da força de trabalho, ocasionaram uma diminuição do poder de mobilização e organização dos sindicatos em defesa dos trabalhadores. Os mecanismos adotados no governo de Fernando Henrique Cardoso, desempregou parcela significativa de funcionários públicos que possuíam estabilidade, através do Plano de Demissão Voluntária (PDV), do estímulo à aposentadoria, de políticas restritivas, como o congelamento de vagas, dos implementos de tecnologia, das terceirizações e suas consequências, gerando o enfraquecimento político e ideológico das idéias da esquerda junto às classes trabalhadoras.

A fragilidade das instituições sindicais e o discurso da equipe do governo em favor da redução do escopo do Estado e da diminuição dos gastos governamentais, favoreceram a redução de muitos direitos sociais. A reestruturação produtiva, o aumento da carga tributária para os setores sociais mais pobres, além do desemprego conjuntural e estrutural, pressionaram a compressão da massa salarial e incentivaram um aumento ainda maior da concentração de renda, intensificando, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social.

Sob tal conjuntura, as relações de trabalho foram sendo gradativamente precarizadas. Essa precarização é o resultado de uma retração dos direitos e da proteção social dos trabalhadores, consolidada na medida em que o trabalho perde força diante do capital e das imposições do mercado. O enfraquecimento dos sindicatos, em função da redução das bases sindicais e da capacidade reivindicativa, em face da ampliação dos fluxos financeiros e do fortalecimento dos mercados, foi um reflexo direto da conjuntura de mudanças na categoria trabalho e das perspectivas de compreensão acerca das funções e limites da ação do Estado.

## **2. De Collor a FHC: um caminho precarizado para o mundo do Trabalho.**

Os mecanismos implementados dentro desse cenário de política neoliberal, repercutiram de forma ainda tímida no Governo Fernando Collor de Melo, ampliando-se significativamente no Governo de Fernando Henrique Cardoso. O cenário macroeconômico em que se encontrava o Brasil, no início da década, era resultante do ambiente de recessão e de um meio de intensa reestruturação industrial, juros elevados e abertura comercial, o que intensificou a concorrência global e, conseqüentemente, a competitividade. Estes fatores, por sua vez, exigiram mecanismos de reestruturação gerencial, no que se refere à maximização da eficiência funcional, além da contínua reestruturação produtiva e tecnológica, impondo inovações nos padrões de produção no tangente aos bens de capital.

Este quadro contribuiu para a degradação do mercado de trabalho, gerando alto índice de desemprego e precarização do trabalho formal, no sentido da redução das garantias e direitos associados à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), especialmente, por meio da flexibilização dos contratos, estimulando os vínculos temporários, a informalização e terceirização.

Assim, as grandes empresas, visando maximizar lucros e reduzir custos e, ainda, aumentarem sua competitividade, passaram a redefinir os marcos de seus modelos produtivos e de suas perspectivas de crescimento, pautando-se, privilegiadamente, na busca do aumento contínuo da produtividade, da eficiência e da qualidade, reduzindo a margem de custos consignada ao trabalho e aumentando os investimentos no mercado financeiro - este se valia das elevadas taxas de retorno em face dos altos juros. No que se refere ao capital constante, o maquinário e a tecnologia, em face da abertura comercial e da redução relativa das alíquotas de importação, favoreceram um movimento de renovação do parque industrial.

A dinâmica da economia brasileira foi marcada por alterações substanciais a partir do governo Collor, culminando numa mudança estrutural no mercado de trabalho. No processo de mundialização do capital, o Brasil se encontrava integrado e subordinado aos países centrais. Sob o modelo neoliberal o país se submeteu à lógica da financeirização globalmente vigente.

Conforme colocamos na introdução do nosso trabalho, Collor de Mello se comprometeu desde o início de sua gestão, com a ideologia política e econômica pregada pelo modelo neoliberal. Uma de suas principais contribuições foi à criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), cujo objetivo era a privatização das empresas públicas brasileiras. Este Programa entrou em plena execução, principalmente, com a privatização das empresas siderúrgicas, de telecomunicações e de energia elétrica. Enquanto nos governos Collor e Itamar Franco foram vendidas empresas de bens de produção (siderurgia, fertilizantes, petroquímica), no governo de Fernando Henrique Cardoso esse processo se deu especialmente nas áreas de transporte, mineração, telecomunicações e no sistema bancário.

A insuficiência de Collor em solucionar os problemas econômicos mais graves do país, sua dificuldade política em cumprir o papel de articulador nacional das reformas neoliberais, e os escândalos de corrupção nos quais seu nome foi amplamente envolvido, levou, em 1992, ao processo de impeachment que redundou em sua renúncia. Em seu lugar assumiu o vice-presidente, Itamar Franco, em um movimento que acabou por gerar as condições políticas para o lançamento de um novo plano de estabilização macroeconômica: o Plano Real. Na ocasião, FHC, então Ministro da Fazenda,

beneficiou-se da popularidade ocorrida com a implementação e o sucesso do Plano Real, vindo a se eleger Presidente da República em 1994.

A política neoliberal do governo FHC, criou as condições macroeconômicas para um novo ciclo de acumulação no Brasil, aproveitando-se da liquidez do mercado financeiro internacional, o amplo crescimento da economia dos Estados Unidos na década, entre outros fatores. As medidas econômicas adotadas, baseadas na privatização e na abertura ao capital internacional, eram justificadas ideologicamente como inevitáveis, em razão da pretensa mundialização irreversível que vinha acontecendo.

Houve o desencadeamento do processo de privatizações de diversos setores no Brasil, mesmo havendo fortes resistências da oposição, inclusive da Justiça, Fernando Henrique Cardoso conseguiu concluí-lo ao lado das concessões de serviços de utilidade pública. Porém, é importante ressaltar, que o governo FHC tentou implementar mecanismos de desregulamentação do mercado de trabalho, seguindo as regras do modelo neoliberal, através de uma reforma das leis que garantiam os direitos trabalhistas. Mas, a resistência dos trabalhadores e as forças de esquerda do país (mesmo não possuindo a mesma força da década passada), frustraram o pleno sucesso dessa tentativa de precarizar ainda mais o mundo de trabalho, através da reforma das leis trabalhistas.

O governo de FHC tratou o mau desempenho das empresas estatais como sendo resultante de problemas de gestão. Para tentar solucionar este problema, foram instituídas novas diretrizes de eficiência, competitividade e produtividade, incentivando as empresas a um regime de corte nos gastos com a força de trabalho. Essa política, passou a desencadear seus reflexos no mercado de trabalho, com um aumento nos índices de desemprego e a ampliação das formas precarizadas de contratação, aumenta-se o número de terceirizações e trabalho temporário. Uma das fortes características deste período foi à diminuição continuada da renda dos trabalhadores, além de uma piora significativa nas condições de trabalho e seguridade social.

A década de 1990 foi um período de contínua transformação não apenas das condições objetivas de trabalho, mas também na subjetividade do trabalhador, ocasionando impactos negativos sobre sua consciência de classe. Cresceu intensamente o número de empregados em trabalhos temporários e domésticos, geralmente inseridos no mercado de trabalho de forma irregular, além da prestação de serviços para a indústria, comércio e bancos por meio de contratos por tempo parcial e determinado, em sua maioria sem garantia de qualquer seguridade social, tampouco prevendo os benefícios trabalhistas característicos dos contratos formais.

A crescente exploração da força de trabalho, marcada pelo discurso produtivista empreendido não apenas pelo meio empresarial, mas também pelo governo vigente da época, dificultou a construção de uma identidade e de uma solidariedade de classe. Mesmo os críticos do modelo neoliberal, tendiam a se submeter ao sistema de trabalho precarizado. O receio de demissões gerava submissão a essa ideologia política e econômica, pela insegurança da ameaça do desemprego e à precarização das relações de trabalho nesta década.

Essa desagregação do trabalho, impulsionou o aumento do trabalho informal, reduzindo proporcionalmente o número de servidores públicos e empregados formais, e multiplicando o número de ambulantes, empregos domésticos e trabalhos autônomos de baixa remuneração em todo país. É a partir desta década, que surge o aumento gradativo de trabalhos formais precarizados, flexíveis e temporários.

Diante de todo esse cenário que se apresentou ao longo dos anos 1990, podemos constatar que a deterioração das relações de trabalho atingiu diretamente os trabalhadores do setor público brasileiro. Essa desagregação do trabalho, impulsionou o aumento do trabalho informal e do trabalho formal que possuem características visivelmente precarizadas.

### 3. Das privatizações a precarização do trabalho

É fato que o governo Collor deu os primeiros passos, mas foi no governo de FHC que houve o aprofundamento de uma série de medidas preconizadas pelo modelo neoliberal de desmonte do Estado, com um corte significativo nos recursos para custeio e contratação, prejudicando dessa forma, a qualidade do serviço público, desvalorizando salários e reduzindo a capacidade do governo de realizar investimentos sociais.

Em face da crise fiscal do Estado de bem-estar social, o receituário neoliberal preconizou, na década de 1990, o desmonte da máquina burocrática dos Estados em favor de uma agenda que incluía a redução do funcionalismo público como meio para diminuir gastos e maximizar investimentos, repassando parcela das atividades governamentais para a iniciativa privada através de processos de privatização e terceirização.

O paradigma da reforma do Estado se disseminou pela maioria dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A partir de 1995 foi iniciado o ajuste fiscal no Brasil, tendo o mesmo sido acompanhado de reformas institucionais e administrativas que buscavam reduzir o gasto público, repassando a execução das atividades, antes sob a responsabilidade única da união, para os estados, municípios e, também, para as organizações sociais, além de aprofundar a privatização de empresas estatais. A equação menos Estado/menos servidores públicos/menos gasto orientou as políticas administrativas de então.

A reforma da administração pública, no caso brasileiro, defendeu um novo regime de trabalho e mudanças na forma de organização dos servidores, afirmando a necessidade de enxugamento da máquina burocrática como mecanismo de redução dos gastos governamentais e geração de superávit fiscal. O mecanismo de redução dos gastos com custeio, especialmente com a folha de pagamento, foi utilizado como um dos princípios fundamentais da reforma administrativa levada a cabo, parcialmente, pelo Ministério da Reforma do Estado. De acordo com Pochmann:

“Nos anos 1990, também pode ser percebida a presença de maiores esforços na compreensão dos gastos operacionais no setor público como forma de compensar, em parte, a expansão das despesas com encargos financeiros e demais gastos promovidos, sobretudo, com a estabilidade monetária. As alternativas de demissão de funcionários públicos não-estáveis pelo poder executivo federal, por meio da adoção de programas de demissão voluntária, do fechamento de organismos estatais, da privatização e de aprovação da reforma administrativa indicam uma firme intenção governamental visando o enxugamento do pessoal” (POCHMANN, 2001, p. 119-120).

As privatizações se instalaram definitivamente na América Latina nos anos de 1990, estimuladas pela ação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que seguiram a orientação direta do conhecido Consenso de Washington, com a justificativa de que elas incrementariam o crescimento econômico e social destes países. Apoiado nessa onda neoliberal e na aplicação da estrutura da nova forma de governo em escala global, a década de 1990 foi o período que mais se privatizou no Brasil. As privatizações aconteceram no setor financeiro, elétrico, no petroquímico, de mineração, portuário, telecomunicações, de informática, de malhas ferroviárias etc. Muitos estados e municípios foram compelidos pelo Governo Federal, mediante condicionamentos financeiros a privatizar seus ativos.

Pochmann (2001) discorre que as privatizações ocasionaram, direta e indiretamente, a desaceleração dos postos de trabalho assalariados formais, surgindo a partir daí, as demissões

voluntárias, as terceirização, os subempregos e os desempregos, ocasionando uma profunda transformação na qualidade da ocupação gerada no país. POCHMANN ainda alerta que:

“Ao se reconhecer que o emprego assalariado formal representa o que de melhor o capitalismo brasileiro tem constituído para sua classe trabalhadora, pois vem acompanhado de um conjunto de normas de proteção social e trabalhista, conclui-se que a sua redução absoluta e relativa nos anos de 1990, vem acompanhada do aumento de vagas assalariadas sem registro e de ocupações não-assalariadas, implicando aumento considerável da precarização das condições e relações de trabalho” (POCHMANN, 2001, 98).

O argumento para a privatização, conforme Gonçalves (1999), era que o afastamento do Estado da atividade econômica e de serviços públicos, abriria espaços para a atuação dos grupos privados, ao mesmo tempo em que, os Estados teriam receitas extras com a venda de empresas estatais, permitindo saldar ou abater suas dívidas e investir em áreas que julgassem prioritárias.

Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente brasileiro a adotar o processo de privatizações, como parte de seu programa econômico, ao instituir o Programa Nacional de Desestatização, pela Lei nº 8.031, de 1990. Com o impedimento de Collor e a posse de Itamar Franco, nitidamente contrário às privatizações, o processo não foi adiante. Ao assumir o Governo, FHC, adotando algumas recomendações, então em vigor, do Consenso de Washington e do FMI, deixa claro seu propósito de implementar um amplo programa de privatizações, apoiado pela criação do Conselho Nacional de Desestatização, pela Lei nº 9.491.

O governo FHC executou uma plataforma política que indicava a necessidade de redução dos gastos, através de reformas administrativas que gerassem enxugamento do Estado, reduzindo o quadro de pessoal através de mecanismos diversos. A crítica principal residia no discurso que alegava ineficiência e inoperacionalidade do funcionalismo público, as quais geravam altos custos e baixos benefícios sociais. Apoiado nesta concepção, entre outros argumentos econômicos e financeiros, as privatizações avançaram gradativamente. Foi uma época de muita frustração para os trabalhadores. Essa frustração estava ligada ao medo dos desfechos dos leilões, das vendas de dezenas de empresas e das falências das corporações que assumiram o controle das empresas.

Para alguns, a privatização era implacável e a cada dia aumentava o sentimento de desespero de ter investido num projeto de trabalho e de vida, e de ser impotente para impedir que tudo se acabasse em nada, já que a grande maioria possuía uma especialização profissional muito bem definida e estava numa faixa etária próxima ou acima dos 40 anos. Para outros, as incertezas incomodavam porque não era possível fazer planos para o futuro, pois este era nebuloso, incerto e cheio de riscos.

Existia um aumento gradativo do índice de desemprego de forma generalizada, em todos os setores e em todos os estados do país. Castel (1988) discorre que a constante incerteza em relação a permanência no trabalho, somada as condições laborais, contribuiu em larga escala na construção da precarização social. Trabalhadores do setor público vivenciaram e foram vítimas dessa experiência do desemprego e desestabilidade, em um clima competitivo, individualista e inseguro, levando muitas pessoas a perderem sua direção não apenas na vida profissional, mas também pessoal. Este processo de reestruturação trabalhista não atingiu os trabalhadores apenas em seu aspecto objetivo, mas, especialmente, na subjetividade destes indivíduos. Foi uma completa degradação no mundo trabalhista.

De acordo Giovanni:

“Os processos contínuos de demissões e de novas contratações, com a disseminação, por exemplo, no decorrer dos anos 1990, dos Programas de

Demissão Voluntária (PDV), buscam dar características não-traumáticas à “reestruturação” da subjetividade de classe. Ao que se visa com tais processos de “enxugamento” da força de trabalho é não apenas reduzir custos salariais, mas, principalmente, criar um campo de incorporação para nova força de trabalho mais disposta a apreender as novas habilidades cognitivas e comportamentais da produção capitalista. Nesse processo de reestruturação da subjetividade da força de trabalho, torna-se necessário suprimir a memória do “trabalhador coletivo”, ou seja, suas experiências de classe” (GIOVANNI, 2002, p. 81).

Como consequência, essa política gerou problemas que vão desde à diminuição do número de instituições públicas, à diminuição do número de empregos no setor, sem deixar de mencionar a perda do patrimônio público e degradação na subjetividade dos trabalhadores, além da ausência de consciência coletiva. .

#### **4. Privatização: um mecanismo (des)necessário para o Brasil na década de 1990?**

A ordem neoliberal comandou os passos de quase todo o mundo, sem chance de questionamentos, durante toda a década de 1990, ditando regras com políticas autoritárias, enfraquecendo a cultura dos povos e favorecendo os grandes capitalistas. O incentivo às privatizações espalhou em escala global a flexibilização e precarização do trabalho.

Segundo Stiglitz (2006), o enorme programa de privatização realizado pelo Brasil durante a década de 1990, apesar de ter gerado 78,61 bilhões de dólares de receita para o Estado, não impediu o país de continuar se endividando cada vez mais. A dívida pública do Brasil, que era de 60 bilhões de dólares em julho de 1994, saltou para 245 bilhões em novembro de 1998. Dessa forma, todo esse processo não contribuiu para ajudar o desenvolvimento de setores estratégicos, como era uma das propostas iniciais do plano de privatizações, nem ajudou o país a crescer de forma significativa. Ao contrário, passados todos esses anos, o que se consegue observar de fato, é que o PND, criado em 1991, contribuiu a grosso modo, para precarização estrutural no mundo do trabalho e foi o elemento determinante da transferência de patrimônio público para o setor privado.

O fortalecimento da acumulação de capital no país foi decorrente do processo de privatização que marcou a chamada era neoliberal, embora tenha contribuído, ao mesmo tempo, para a acumulação por espoliação, que não implica necessariamente em investimento produtivo, ou seja, significou a deterioração, ou até mesmo a extinção do estatuto salarial de importantes categorias de trabalhadores públicos. Por outro lado, a Reforma Administrativa do Estado sob a gestão neoliberal, adotou mecanismos que geraram precarização do trabalho assalariado do setor público.

As privatizações geraram consequências imediatas no mundo do trabalho, enfraqueceram e desorganizaram os sindicatos, ficando mais difícil de consolidar a luta por situações mais dignas de trabalho, terceirizou, gerou subempregos e desempregou muita gente que desde então, não conseguiu mais voltar ao mundo do trabalho. A forte intensificação do uso das tecnologias de informação também contribuíram para esse processo, trocando postos de trabalhos humanos, por máquinas, que, baseado no artifício das demissões e da automação, criou condições favoráveis para a demissão de trabalhadores.

Os mecanismos adotados após a implementação da política neoliberal, apoiada nas idéias do Consenso de Washington na década de 1990, foram fatores determinantes para intensificar a precarização não apenas nas empresas estatais, mas no mundo do trabalho como um todo. Esse olhar crítico sobre as privatizações nos leva a indagar se elas eram realmente inevitáveis/necessárias, como fazem crer os seus precursores.



## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

**ANTUNES, Ricardo.** *Adeus ao Trabalho?* - Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. Campinas-SP: Cortez Editora, 2002. p. 200.

**DRUCK, Graça.** *Terceirização: (Des) fordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico.* São Paulo: Boitempo/Edufba, 1999.

**CASTEL, Robert.** *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.* São Paulo. Vozes, 1988.

**GIOVANNI, Alves.** *Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000).* Revista de Sociologia e Política, nº 19: 71-94. 2002.

**GONÇALVES, Reinaldo.** *Globalização e desnacionalização.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

**LIPIETZ, Alain.** *Miragens e milagres: problemas da industrialização no Terceiro Mundo.* São Paulo : Nobel, 1988.

**MATTOSO, José.** *A desordem do trabalho.* São Paulo: Scritta, 1995.

\_\_\_\_\_. (org.) *Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios. In: Crise e Trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?* São Paulo: Scritta, 1996.

**POCHMANN, Márcio.** 2001. *O emprego na globalização : a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu.* São Paulo : Boitempo editorial, 2001. p. 98.

**STIGLITZ, Joseph.** *Making Globalization Work.* New York, London: W. W. Norton, 2006. p.142.